

Sistema de Informação em Saúde Animal: percepção de estudantes, profissionais de instituições de ensino da Medicina Veterinária e de veterinários autônomos do Estado de Sergipe quanto à notificação obrigatória de doenças ao Serviço Veterinário Oficial

Animal Health Information System: perception of students, professionals from Veterinary Medicine teaching institutions and veterinarian practitioners from the State of Sergipe regarding the mandatory notification of diseases to the Official Veterinary Service

DOI:10.34117/bjdv6n10-566

Recebimento dos originais: 26/09/2020

Aceitação para publicação: 26/10/2020

Gabriela Mendes de Araújo

Estudante de graduação

Universidade Federal de Sergipe, Campus do Sertão

Trav. José Pereira de Melo, 59A, CEP: 49.680-000, Nossa Senhora da Glória, Sergipe, Brasil

E-mail: bymends_ufs@hotmail.com

Paula Regina Barros de Lima

Doutora

Universidade Federal de Sergipe, Campus do Sertão

Amazonas, 126, Residencial Bela Vista/CEP: 49.680-000, Nossa Senhora da Glória, Sergipe,

Brasil

E-mail: paularbl@hotmail.com

Kalina Maria de Medeiros Gomes Simplício

Doutora (com Pós-doutorado concluído)

Universidade Federal de Sergipe, Campus do Sertão

R. Maranhão, 110, Residencial Padre León Gregório/ CEP: 49.680-000, Nossa Senhora da Glória,

Sergipe, Brasil

E-mail: kalinamms@hotmail.com

José Lopes da Silva Júnior

Mestre

Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do estado de Pernambuco - ADAGRO

Av. Beberibe, 2616, Apto. 05 A, Fundão/CEP: 52.130-035, Recife, Pernambuco, Brasil

E-mail: jjuniorvet@gmail.com

Kaila Angélica Alves dos Santos

Bacharel em Medicina Veterinária

Médica Veterinária Autônoma

Luis José da Silva, 294, CEP: 49.680-000, Nossa Senhora da Glória, Sergipe, Brazil

E-mail: alves.kailaangelica@hotmail.com

Anna Giselle Cavalcanti Vaz Mendes Silva

Médica Veterinária Autônoma

Endereço completo: Barão de Nazaré, 1311, CEP: 55.295-135, Garanhuns, Pernambuco, Brazil

E-mail: aninhavaz@gmail.com

Yndyra Nayan Teixeira Carvalho Castelo Branco

Veterinarian, PhD, Professor at Universidade Federal do Maranhão, registered under CPF number 033.529.973-30, resident at R. Maria do Socorro de Macedo Claudino, 6840, CEP: 64.073-445,

Teresina, Piauí, Brazil

E-mail yndyranayan1@hotmail.com

RESUMO

Doenças de notificação obrigatória devem ser levadas ao conhecimento dos órgãos competentes logo que detectadas ou sob suspeita. O número ainda incipiente dessas notificações motivou a pesquisa cujo objetivo foi verificar a percepção de estudantes, profissionais de instituições de ensino da Medicina Veterinária e de veterinários do Estado de Sergipe quanto à notificação obrigatória de doenças de animais e descobrir os principais entraves na captação dessas informações pelo Serviço Veterinário Oficial - SVO. Assim, foi aplicado um questionário semiestruturado para 135 participantes, sendo 82% estudantes, 7% professores e técnicos das instituições de Ensino Superior de Medicina Veterinária do estado de Sergipe e 11% veterinários atuantes em diversas áreas de competências. Apesar de 87% afirmarem conhecer a lista de notificação obrigatória, apenas 43% sabiam que qualquer cidadão poderia notificar e 69% não sabiam como fazer de forma correta. Na percepção de 100% dos entrevistados, a notificação obrigatória de doenças de animais de produção é considerada uma atitude importante, mas ainda requer uma melhor divulgação nessa temática tanto para profissionais como para o público em geral, especialmente os ligados à produção animal. Os participantes demonstraram desinformação quanto às doenças que requerem notificação. Além de educação sanitária adequada para cada público-alvo, uma maior integração entre as instituições, veterinários e produtores rurais foram elencados pelos entrevistados. Treinamento, aumento da capilaridade do serviço também foram sugestões para aprimorar a captação e registro das notificações de doenças dos animais no estado de Sergipe.

Palavras-chave: epizootias, defesa sanitária animal, lista da Organização Mundial de Saúde Animal (lista OIE).

ABSTRACT

Mandatory reporting diseases should be brought to the attention of official services as soon as they are detected or suspected. The still incipient number of official notifications motivated this research whose aim was to verify the perception of students, professionals from Veterinary Medicine teaching institutions and veterinarians in the State of Sergipe regarding the mandatory notification of animal diseases and to discover which are the main obstacles in obtaining these information by the Official Veterinary Service - OVS. Thus, a semi-structured questionnaire was applied to 135 participants, where 82% were students, 7% were professors and technicians from Veterinary Medicine Colleges in the state of Sergipe and 11% veterinarian practitioners working in various areas of competence. Although 87% were aware of the existence of a mandatory notification list, only 43% knew that any citizen could make the notification and 69% did not know how to do it correctly. All 100% of the interviewees consider the mandatory notification of diseases in farm animals important, but this issue still requires a better dissemination among both professionals and the general public, especially people related to animal production. Participants demonstrated disinformation regarding animal diseases that require notification. In addition to adequate health education for each target audience, greater integration between institutions, veterinarians and rural producers was listed by the consulted

public. Training and increased service coverage were also suggestions to improve animal disease notifications in the state of Sergipe.

Keywords: epizooties, animal health defense, World Organization for Animal Health List (WOAH list)

1 INTRODUÇÃO

O conceito para a Organização Mundial de Saúde é de que o “Sistema de Informação em Saúde é um mecanismo de coleta, processamento, análise e transmissão da informação necessária para se organizar e operar os serviços de saúde e, também, para a investigação e o planejamento com vistas ao controle de doenças.” (CASTRO, 2003).

As listas para as doenças de notificação compulsória em vigência no Brasil são vinculadas principalmente ao Ministério da Saúde (MS) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A Organização Mundial de Saúde Animal – OIE incentiva que cada país-membro deve elaborar suas listas e seus respectivos programas de controle, prevenção, e erradicação de enfermidades, além de preparar os sistemas de saúde e de vigilância para a atenção à saúde e notificação dos casos. No Brasil, a IN 50 de 24 de setembro de 2013 prevê que a notificação é obrigatória para qualquer cidadão, bem como para todo profissional que atue na área de diagnóstico, ensino ou pesquisa em saúde animal ou instituição que tenha conhecimento de algum caso suspeito das doenças listadas como obrigatórias e que o serviço veterinário oficial deverá manter os meios necessários para captação e registro dessas notificações (BRASIL, 2013).

O Sistema Nacional de Informação Zoonosológica – SIZ, mantém um banco de dados com as informações obtidas por meio da lista de doenças de notificação obrigatória oriundas do Serviço Veterinário Oficial – SVO, cujos dados também vem através de atendimentos realizados pelos profissionais da iniciativa privada (ligados à área da saúde animal), de trabalhos envolvidos por instituições parceiras de ensino e pesquisa e de demais instituições públicas (BRASIL, 2013).

Essas notificações são de extrema importância por caracterizarem-se como fonte de informação espontânea e por revelarem a preocupação dos notificantes com a saúde animal, bem como por demonstrarem confiança no serviço de vigilância oficial do seu estado (CHAVES et al., 2016), mas é necessário que aqueles envolvidos diretamente com sanidade animal estejam conscientes da importância da notificação obrigatória de doenças e conheçam os meios e prazos para informa-las aos órgãos competentes.

A notificação é habitualmente realizada de modo precário, pelo desconhecimento de sua importância, descrédito nos serviços de saúde animal, falta de acompanhamento e supervisão da rede de serviços, pela falta de retomo dos dados coletados e das ações que foram geradas pela análise. Neste sentido, é fundamental que trabalhos de sensibilização dos profissionais e das comunidades

sejam sistematicamente realizados visando melhorar a quantidade e a qualidade dos dados obtidos. Desta forma se fortalece e amplia a rede de notificação, pois idealmente, o sistema deve cobrir toda a população (ADAPAR, 2014).

O primeiro passo para sensibilizar esse público que se quer atingir é identificando a percepção do mesmo diante da obrigatoriedade das notificações e os entraves que vem dificultando a captação dessas informações pelo SVO.

Identificar a percepção dos estudantes, profissionais das instituições de ensino de Medicina Veterinária e dos veterinários autônomos do Estado de Sergipe quanto à notificação obrigatória de doenças de animais ao Serviço Veterinário Oficial.

2 METODOLOGIA

2.1 LOCAL E PERÍODO DO ESTUDO

O estudo foi conduzido no segundo semestre de 2019 nas instituições de Ensino Superior de Medicina Veterinária e para os veterinários envolvidos com o Serviço Veterinário Oficial do Estado de Sergipe.

2.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Foram contatados estudantes de Medicina Veterinária que estivessem cursando a partir do 7º semestre e profissionais formados que atuassem como técnicos, professores e/ou pesquisadores durante o ano de 2019 nas instituições de ensino de Medicina Veterinária do Estado de Sergipe. Participaram ainda veterinários autônomos com vínculo no Serviço Veterinário Oficial, como: médicos veterinários habilitados/cadastrados nos programas sanitários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e aqueles com função de Responsável Técnico de estabelecimentos de criação de animais de produção.

2.3 COLETA DOS DADOS

Foi aplicado um questionário semi-estruturado (Apêndice A) abordando perguntas sobre notificação obrigatória de doenças de animais e algumas com o intuito de caracterizar o perfil dos participantes, embora não permita a identificação dos mesmos.

2.4 BANCO DE DADOS

As informações obtidas pelo questionário foram inseridas em um banco de dados excel, organizadas e compiladas para posterior análise estatística, cálculos percentuais, confecção de gráficos e análise de conteúdo na questão aberta, segundo Bardin (1977).

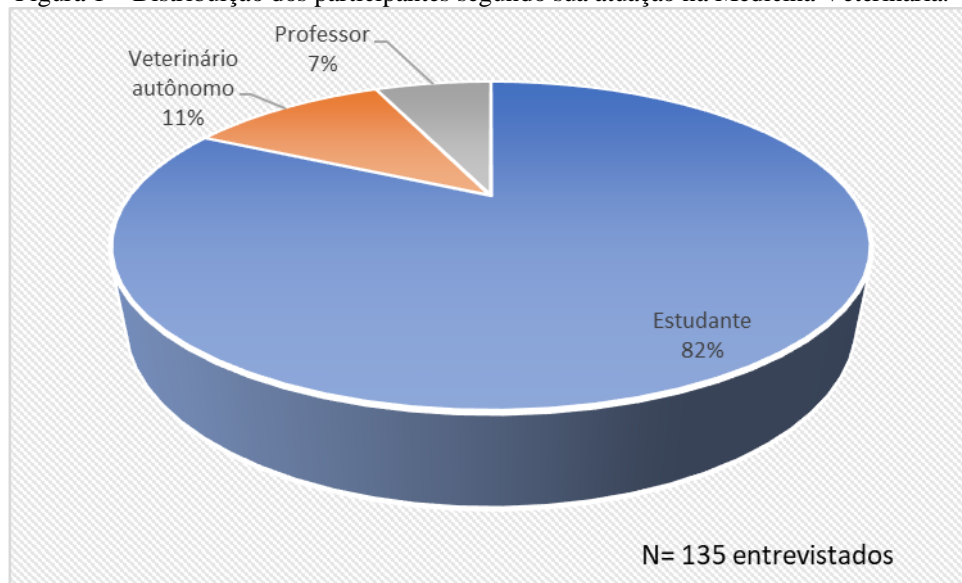
2.5 ASPECTOS ÉTICOS

Em conformidade com a Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012, os participantes foram esclarecidos quanto aos objetivos do projeto e sobre o anonimato no preenchimento do formulário, sendo necessária sua autorização mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e autorização do comitê de ética sob número: CAAE 15244819.6.0000.5546.

3 RESULTADOS

Durante a execução do plano de trabalho, foram entrevistados 135 participantes que concordaram previamente em responder o questionário após explanação sobre a pesquisa e aceitação mediante assinatura do TCLE. Destes, 64% eram do sexo feminino e cerca de 65% estavam na faixa etária entre 20 e 25 anos e 91% residem no estado de Sergipe. A distribuição dos participantes por atuação na medicina veterinária está demonstrada na Figura 1.

Figura 1 – Distribuição dos participantes segundo sua atuação na Medicina Veterinária.



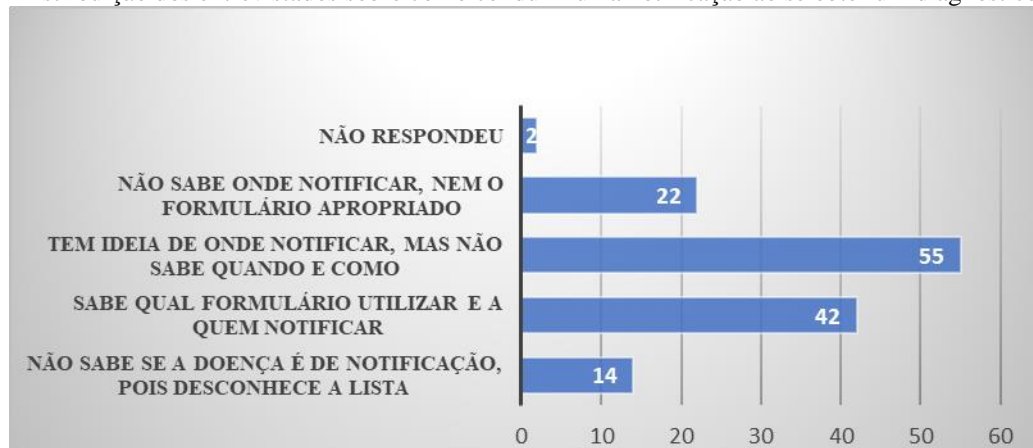
A pesquisa procurava identificar se o participante tinha conhecimento sobre a Lista de Doenças de Notificação Obrigatória dos animais, sendo que das 135 pessoas participantes, apenas 17 responderam que não tinham conhecimento. Porém, mesmo que 87% dos entrevistados tenham dito que conhecem a lista, só 58 entrevistados (43%) sabiam que a notificação dessas doenças deve ser feita por qualquer cidadão ou instituição que tenha conhecimento dos casos suspeitos (Figura 2).

Figura 2 – Conhecimento dos entrevistados sobre quem é habilitado para notificar doenças da lista da OIE.



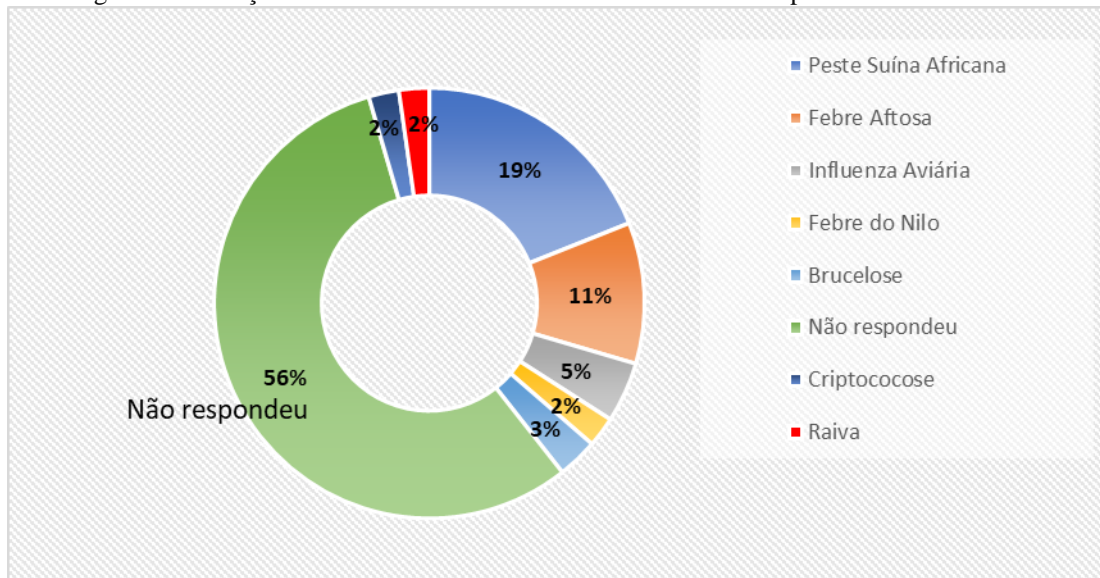
Uma outra pergunta foi, caso a pessoa se deparasse com um diagnóstico de alguma doença animal contemplada na lista, se ela teria noção de como e quando notificar. A Figura 3 demonstra que apenas 42 participantes da pesquisa sabem exatamente qual formulário utilizar e como notificar uma doença, enquanto 69% dos entrevistados não tem plena certeza de como nem quando notificar.

Figura 3 – Distribuição dos entrevistados sobre como conduzir uma notificação ao se obter um diagnóstico



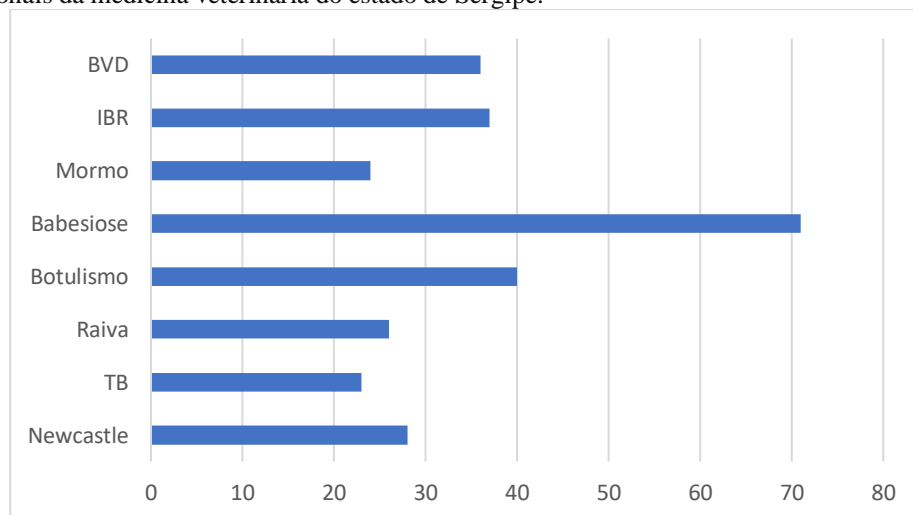
Ao solicitar que o participante listasse doenças exóticas ou já erradicadas no Brasil, obtivemos os seguintes resultados que podem ser visualizados na Figura 4, onde 19% listaram corretamente a Peste Suína Africana – PSA, e 5% influenza aviária, mas doenças como Febre Aftosa, Raiva e Brucelose foram relacionadas equivocadamente como doenças exóticas ou já erradicadas no Brasil.

Figura 4 – Doenças consideradas erradicadas ou exóticas no Brasil pelos entrevistados.



Quanto às doenças que não necessitam de intervenção imediata do Serviço Veterinário Oficial na propriedade e podem ser notificadas de forma mensal, as respostas podem ser observadas na Figura 5.

Figura 5 – Doenças de notificação obrigatória que não necessitam intervenção imediata do SVO sob a percepção dos estudantes e profissionais da medicina veterinária do estado de Sergipe.



Avaliando as respostas obtidas nesta questão, a grande maioria dos participantes responderam corretamente sobre quais doenças podem ser notificadas mensalmente. Que são: BVD, IBR, babesiose e botulismo. Pois as mesmas não têm tanto impacto socioeconômico na população nem são zoonoses importantes. Porém, 35% das citações se referiam a raiva, tuberculose bovina, mormo e newcastle, doenças que pela importância zoonótica ou econômica muito relevantes, devem ser

notificadas em até 24h e requer a intervenção imediata do SVO para que as medidas sanitárias sejam efetivas e capazes de conter a disseminação do patógeno.

Uma outra abordagem feita para os participantes foi em relação às principais dificuldades encontradas por eles no processo da notificação. As respostas podem ser verificadas na Figura 6. Um dado relevante é que nenhum dos 135 participantes assinalou a opção de que não vê importância na notificação de doenças, o que significa que 100% dos entrevistados consideram importante notificar. Das dificuldades com maiores frequências estão a falta de divulgação por parte do SVO, pouca integração entre o SVO e as instituições de ensino e o pouco conhecimento do assunto de forma geral (Figura 6).

Figura 6 – Principais dificuldades apontadas pelos entrevistados para notificar doenças.



Dos 135 participantes da pesquisa, 91 deram sugestões/opiniões (alguns sugeriram mais de um elemento) de como melhorar o sistema de captação e registro de notificações de doenças no estado de Sergipe, sendo 53% relacionadas a uma melhor divulgação para a sociedade em geral, como produtores, funcionários de casas agropecuárias, veterinários, laboratórios, escolas, etc. Daqueles que sugeriram uma melhor divulgação sobre as doenças de notificação, 20% destacaram a necessidade de discutir mais sobre esses assuntos nas universidades, justificando que os egressos já estariam cientes dos procedimentos quando fossem atuar na área de clínica e diagnóstico de doenças. Esses 20% corresponderam em quase sua totalidade ao grupo de estudantes de uma faculdade de veterinária privada.

Outro elemento sugerido em 10,4% das respostas dos entrevistados é o treinamento gratuito de médicos veterinários, sejam eles autônomos, do setor público ou privado. Na mesma proporção foi também sugerida a melhoria da vigilância epidemiológica pelo Serviço Veterinário Oficial, seja

mediante contratação ou concurso de mais veterinários, aumentando a capilaridade do serviço nos municípios ou pela melhoria na infraestrutura do órgão. Outros 9,6% das respostas se referiam a intensificar as fiscalizações pelo órgão de defesa sanitária animal.

A maior integração entre instituições como universidades, Conselho Regional de Medicina Veterinária, Serviço Veterinário Oficial e associações ou sindicatos de produtores foi mencionada em 7,3% das respostas como uma importante forma de melhorar a captação das notificações de doenças. Quase com a mesma expressividade, a melhoria e disponibilização de ferramentas atualmente mais acessíveis, como aplicativos virtuais e *softwares*, foi relacionada pelos participantes da pesquisa.

Pequenos percentuais (menos de 3%) foram observados nos seguintes elementos: chamar o veterinário mais urgentemente ao observar sinais clínicos nos animais, elaborar pesquisas para detectar as doenças em animais, tendo como público-alvo os produtores rurais e ampliar o cadastro pecuário.

4 DISCUSSÃO

Em razão da necessidade de mais informação sobre doenças de notificação obrigatória, vale ressaltar que a educação sanitária é essencial para se conseguir êxito na execução de qualquer programa de saúde animal. Rossi & Tavares, 2014, relataram que o serviço veterinário oficial de Santa Catarina realizou atividades de educação sanitária centradas na doença de Aujeszky para que os produtores pudessem notificar rapidamente quando surgissem os primeiros sinais clínicos em seus rebanhos, sendo provavelmente um fator relevante para o combate da enfermidade no estado e auxiliando na manutenção da competitividade do setor suinícola. Para Fontana et al. (2014), a educação sanitária auxilia na conscientização dos produtores e das autoridades municipais sobre a prevenção de doenças que acarretem prejuízos econômicos ou riscos à saúde pública devido ao caráter zoonótico, refletindo diretamente no status sanitário dos rebanhos e na promoção da saúde humana.

Analisando sistemas de notificação de sanidade avícola no estado de Sergipe, Oliveira et al. (2016) destacam a necessidade de atividades de educação sanitária nos municípios onde ocorre maior fluxo de comercialização de aves, buscando registrar maior número de doenças prováveis e, assim, permitir que o serviço veterinário oficial realize a vigilância de forma mais eficaz.

No entanto, essas ações educativas tornam-se mais eficientes quando se realiza um diagnóstico prévio do público-alvo que se quer atingir, caso contrário, práticas inadequadas podem causar desinteresse nas ações de defesa sanitária, como relatado por Moura et al. (2014) em um trabalho caracterizando o perfil dos produtores inadimplentes com relação à Febre Aftosa, onde os mesmos são em sua maioria analfabetos, desconhecem o calendário oficial de vacinação e preferem treinamentos com práticas. Semelhante a este estudo, a caracterização de uma determinada

comunidade do estado do Maranhão identificou que muitos desconhecem sobre a transmissão, sintomas e profilaxia da raiva. Esse diagnóstico educativo foi considerado uma ótima ferramenta para auxiliar na elaboração de projetos educativos que poderão ser implantados nas comunidades rurais (SANTANA et al., 2014). Corroborando esses estudos, Diniz et al., (2009) ao transcrever uma aula da educadora brasileira Hortensia Hurlpia de Hollanda, relata que a educação sanitária tem que se basear nos contatos pessoais, na aproximação dos grupos primários e na elaboração de programas coordenados com outras entidades – a escola, a igreja, as organizações de fomento agrícola, e outras.

Ainda sobre diagnóstico como forma de embasar programas de educação em saúde, Rocha & Improta (2014) constataram que os professores das escolas rurais de Joinville desconhecem as zoonoses (brucelose, tuberculose e raiva), as espécies envolvidas, a transmissão das doenças, os sinais clínicos e as formas de prevenção, além de não conhecem as atribuições do serviço veterinário oficial do estado de Santa Catarina. Os autores concluíram que é necessário implantar um projeto educativo-sanitário inter e multidisciplinar nas escolas, que aborde o tema zoonoses como conteúdo transversal à grade curricular de forma teórico-prática. Isso facilitará o aprendizado das disciplinas básicas, à medida que forem trabalhados conceitos e práticas sanitárias, a partir da realidade do aluno.

Quanto à integração entre as instituições de ensino, serviço veterinário oficial, médicos veterinários e produtores, Matos et al. (2014a) perceberam que a integração do setor produtivo com o SVO contribuiu para a manutenção do status sanitário de livre de Peste Suína Clássica, interferindo positivamente na viabilização das exportações e conquista de novos mercados consumidores. A necessidade de integração entre o SVO e os produtores rurais foi relatada por Matos et al. (2014b) apesar de bons resultados nas notificações de doenças de suínos. O envolvimento dos médicos veterinários da iniciativa privada com o SVO contribuiu para uma melhor gestão dos eventos sanitários no estado de Santa Catarina (MEDITISCH et al., 2014). Outro trabalho conduzido nesse estado analisando a distribuição dos estabelecimentos avícolas com as notificações de mortalidade nas 20 administrações regionais (ADRs) do SVO, constatou-se que houve um maior número de notificações nas 3 ADRs com um maior comprometimento do setor produtivo e o órgão de defesa (MACIEL et al., 2014). Em um estudo sobre a análise de risco como ferramenta estratégica para o SVO, Santos et al. (2014) ressaltam que a integração entre universidade e SVO deve ser estimulada.

Sobre melhorar as ferramentas para captação das notificações, foi disponibilizado pelo MAPA em janeiro de 2020 o e-SISBRAVET, uma ferramenta eletrônica específica para gestão dos dados obtidos na vigilância passiva em saúde animal, desenvolvida para o registro e acompanhamento das notificações imediatas de suspeitas de doenças e das investigações realizadas pelo Serviço Veterinário Oficial (BRASIL, 2020). Por esse meio eletrônico a notificação é imediatamente encaminhada para o SVO do estado da causa suspeita ou confirmada, a fim de permitir a investigação

oficial e a pronta resposta conforme a necessidade de controle ou erradicação estabelecidos pelo órgão competente.

Parte dos entrevistados não levou em consideração que zoonoses importantes devem ser notificadas em até 24 horas, como por exemplo a Raiva, cujos proprietários devem informar ao SVO suspeitas de doenças nervosas em herbívoros, espoliação por morcegos hematófagos e presença de abrigos de morcegos em suas propriedades. O SVO por sua vez, deve prestar atendimento imediato a suspeita, colhendo material biológico para diagnóstico, realizando controle populacional de morcegos se necessário e orientações sobre vacinação antirrábica do rebanho (SOUSA, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A notificação obrigatória ao serviço veterinário oficial é fundamental para o controle ou erradicação de doenças sob a ótica de estudantes, professores e técnicos das instituições de ensino da medicina veterinária do estado de Sergipe, bem como para veterinários do setor público ou privado. No entanto, na percepção desses atores, ainda é necessária uma melhor divulgação sobre as doenças (especialmente as zoonóticas), sobre as formas de notificação e os respectivos formulários e meios para efetivá-las, além de uma melhor integração entre as instituições como universidades, SVO, médicos veterinários e produtores rurais. Para estes últimos, as atividades de educação sanitária devem ser priorizadas e adequadas.

Treinamento especializado para os profissionais envolvidos, aumento da capilaridade do serviço mediante contratações de veterinários nos municípios e investimentos na infraestrutura do SVO que reflitam em melhorias na vigilância epidemiológica também ajudariam a aprimorar a captação e registro das notificações de doenças dos animais no estado de Sergipe.

REFERÊNCIAS

ADAPAR. Manual de epidemiologia veterinária e sistemas de informação em saúde animal. Disponível em: http://www.adapar.pr.gov.br/arquivos/File/GSA/EPIDEMIOLOGIA/EPIDEMIOLOGIA_MANUAL_versao_2014a.pdf. Acesso em: 04 abr. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Instrução Normativa nº 50, de 24 de setembro de 2013. Lista de doenças de notificação obrigatória ao**

Serviço Veterinário Oficial. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Brasília: MAPA, p. 47, 25 set. 2013. Seção 1. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Sistema de Informação em Saúde Animal.** Brasília: MAPA, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/sistema-informacao-saude-animal>. Acesso em: 03 mai. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **E-SISBRAVET: Manual do Usuário.** Brasília: MAPA, p. 4-5. 2020.

CASTRO, R. C. F. **Comunicação Científica na Área de Saúde Pública: Perspectivas para a tomada de decisão em saúde baseada em conhecimento.** 2003. Tese (Doutorado) – Departamento de Prática de Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CHAVES, N. P. *et al.* Doenças de notificação compulsória em animais de produção no período de 2011 a 2014 no Estado do Maranhão. **Revista Brasileira de Ciência Veterinária**, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p. 31-36, jan./jun. 2016.

DINIZ, M. C.; FIGUEIREDO, B. G. ; SCHALL, V. T. **Educação sanitária na profilaxia das endemias rurais por *Hortênsia Hurpia de Hollanda*, 1956.** História, Ciências, Saúde. v.16, n.2, abr.-jun. 2009, p.533-556.

FONTANA, F.Z.; MACAGNAN, M.; BAUMGARTEN, K.D. A importância do sistema de identificação de bovinos na atuação do Serviço de Defesa Sanitária Animal na prevenção e controle da tuberculose bovina. Relato de caso. *In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA*, 5., 2014, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: Defesa agropecuária a serviço de um Estado de excelência, 2014. p. 24.

MACIEL, P.B. *et al.* Distribuição espacial das notificações de suspeitas de síndrome respiratória e nervosa das aves por estabelecimentos de aves comerciais de corte no ano de 2013. *In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA*, 5., 2014, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: Defesa agropecuária a serviço de um Estado de excelência, 2014. p. 94.

MARTINS, N.R.S. *et al.* **Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia: Sanidade Avícola.** Belo Horizonte, MG; FEPMVZ, n 76, 140 p. 2015.

MATOS, C.S.D.; MEDITSCH, R.G.M.; HORSTMANN, R. Notificações de suspeitas de doenças hemorrágicas dos suínos ao serviço veterinário oficial de Santa Catarina, no período de janeiro 2010 a junho de 2014. *In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA*, 5., 2014,

Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: Defesa agropecuária a serviço de um Estado de excelência, 2014a. p. 67.

MATOS, C.S.D.; MEDITSCH, R.G.M.; HORSTMANN, R. Notificações de suspeitas de doenças vesiculares ao serviço veterinário oficial de Santa Catarina, no período de janeiro de 2010 a junho de 2014. *In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA, 5., 2014b, Florianópolis. Anais [...]* Florianópolis: Defesa agropecuária a serviço de um Estado de excelência, 2014. p. 68.

MEDITSCH, R. *et al.* Doenças de suínos notificadas ao serviço veterinário oficial de Santa Catarina durante o período de janeiro de 2012 a junho de 2014. *In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA, 5., 2014, Florianópolis. Anais [...]* Florianópolis: Defesa agropecuária a serviço de um Estado de excelência, 2014. p. 79.

MOURA, A.M. *et al.* Educação na defesa sanitária da Febre Aftosa: Nível de engajamento dos produtores rurais do município de São Bento – Baixada Maranhense. *In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA, 5., 2014, Florianópolis. Anais [...]* Florianópolis: Defesa agropecuária a serviço de um Estado de excelência, 2014. p. 38.

OLIVEIRA, V.L.M. *et al.* Analysis of poultry transit, notification systems and legislation in the state of. **Arquivos do Instituto Biológico**, v.83, p. 6-7. Sergipe, 2016.

ROCHA, T.S.; IMPROTA, C.T.R. Diagnóstico educativo sobre zoonoses de interesse da Defesa Sanitária Animal, em escolas rurais do município de Joinville/SC. *In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA, 5., 2014, Florianópolis. Anais [...]* Florianópolis: Defesa agropecuária a serviço de um Estado de excelência, 2014. p. 90.

ROSSI, K. S.; TAVARES, S. G. Estudo do processo de erradicação da doença de Aujeszky em Santa Catarina: Análise de dados laboratoriais de granjas de produtores de suínos certificadas em 2005 a 2012. *In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA, 5., 2014, Florianópolis. Anais [...]* Florianópolis: Defesa agropecuária a serviço de um Estado de excelência, 2014. p. 21.

SANTANA, S.S. *et al.* Diagnóstico educativo sobre raiva dos herbívoros junto aos moradores e criadores da comunidade Canto, Raposa-MA. *In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA, 5., 2014, Florianópolis. Anais [...]* Florianópolis: Defesa agropecuária a serviço de um Estado de excelência, 2014. p. 80.

SANTOS, D. V. *et al.* A análise de risco como ferramenta estratégica para o serviço veterinário oficial brasileiro: dificuldades e desafios. **Pesquisa Veterinária Brasileira**, v.34, n. 6, p. 550-551, jun. 2014.

SOUSA, N. D. Francisco. **Epidemiologia e Distribuição Espacial da Raiva em Herbívoros no Estado de Pernambuco, Brasil**. 2019. p. 13-14. Tese (Doutorado em Ciência Veterinária) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.